

PAINEL 01 – APRESENTAÇÃO

A presente exposição é o fruto de um movimento de apoio, solidariedade e de reconhecimento da importância do Assentamento Terra Prometida do MST - Movimento Sem Terra, instituído nas fronteiras das áreas rurais dos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu. O MVSB - Museu Vivo do São Bento e o CEDAC - Centro de Ação Comunitária empreenderam uma parceria com o Assentamento Terra Prometida para ajudar a contar a histórias das famílias assentadas neste solo considerado por eles sagrado, situado nas margens do Rio Iguaçu. Este assentamento recebeu também o reconhecimento de redes de agroecologia fluminense por contribuir com o abastecimento de alimentos orgânicos saudáveis nas feiras da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro.

O território que acolheu o assentamento Terra Prometida foi palco de múltiplas resistências no passado e no presente: foi território indígena dos tupis, sendo identificado a presença de sítios arqueológicos e registros de Aldeamentos ou Taperas na Marambaia e dos Tucanos na Serra do Tinguá, mencionados em documentos de doações de sesmaria; abrigou no século XIX o Quilombo do Amapá e vários agrupamentos de escravos fugitivos no chamado Campo Grande do São Bento. Parte deste território pertenceu a Ordem do São Bento sendo nele produzido telhas e tijolos em uma olaria, criação de gado e plantações variadas. Todo o território da serra até a Baía da Guanabara era conectado através do Rio Iguaçu e de seus afluentes, por onde circulavam pessoas e coisas. Vários portos foram construídos nas margens do Rio Iguaçu tais como: Porto dos Saveiros, dos Vaqueiros, da Cebola, da Cruz, dos Ferreiros e o Cais de Iguaçu. No século XX, a Ordem do São Bento hipotecou a Fazenda do Iguaçu e as suas terras tornaram - se terras da União. Assim, este território abrigou a partir dos anos de 1930, os Núcleos Coloniais do São Bento e o do Tinguá para assegurar o abastecimento de alimentos para a capital federal. Vários colonos nacionais e estrangeiros, inclusive japoneses foram assentados nos territórios do atual Amapá, Tabuleiro, Marambaia, Piranema, São Lourenço, Capivari, etc.

Em 1942, o governo federal desapropriou quatro fazendas para favorecer a construção da Fábrica Nacional de Motores. Vários camponeses foram sendo assentados como arrendatários e muitos outros foram chegando em busca de terra e de trabalho. Nos anos de 1950 e 1960, todo esse território rural dos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu começou a sofrer com a presença de grileiros disputando as áreas campestres. Intensos conflitos fundiários foram travados até o golpe militar de 1964. Após a instalação do Ato Institucional Número Cinco, um grupo de resistência armada se institui na Fazenda São Lourenço. Repressão, tortura, morte e desaparecimento atingiram inúmeros militantes.

Em 1980, os lavradores resistiram as novas ações de grileiros. Um núcleo de resistência criou o Núcleo agrícola Fluminense e as lutas pela reforma agrária continuaram. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais instalado no Capivari e que estava sob intervenção dos conservadores e militares, foi retomado pelo movimento. Nesse período surgiu a PET - Pastoral Ecológica da Terra

No tempo mais recente e no presente, parte deste território tornou-se território do Assentamento Terra Prometida do MST – Movimento dos Sem Terra. A história do assentamento se fez entrelaçada à história das várias famílias sem terra e sem trabalho que encontraram esperanças nos acampamentos provisórios ou nos assentamentos instituídos a

Comentado [LM1]: O tamanho do texto está bom. Falar sobre a exposição de Xerém.

partir da luta em defesa da reforma agrária. Ao ouvir as histórias de cada um dos assentados, escutamos os clamores em defesa da vida e da dignidade humana, movimentos das mãos daqueles que compartilharam condições materiais similares e o desejo de forjar na terra a promessa de futuro. Um lugar prometido para o trabalho coletivo, familiar e compartilhado.

Vale ressaltar ainda que esta exposição está conectada a exposição Xerém: Lugar de Memória, História, Trabalho e Fé, construída em 2008. Nela, a luta camponesa e a experiência da PET foram visibilizadas e agora são recontadas nesta exposição.

Assim, exposição “Nas margens do Rio Iguaçu, uma terra prometida” convida o visitante a seguir as pegadas dos trabalhadores rurais que lutaram e lutam ainda hoje para inventar um outro tempo. Caminharam para afagar a terra e com o seu trabalho manter o pão na mesa. Bordado que ganhou existência, cor e materialidade, apesar dos avessos. Contar para não esquecer, para afirmar e alimentar a caminhada por uma terra prometida nas margens de um rio.

PAINEL 03 – MOVIMENTO CAMPONÊS

PAINEL 03.1

A luta camponesa

A revalorização fundiária operada pelo saneamento, pela presença da ferrovia e da FNM principalmente transformou o território em um espaço de conflitos ampliados. As estratégias de proprietários e grileiros para desocupar a área eram a ação judicial (reintegração de posse e ordem de despejo), invasão das terras camponesas com o auxílio da polícia, Exército ou homens armados e pagos, roubo e/ou destruição de plantação e criação, incêndio de cabanas, prisões de lavradores, tocaias e assassinatos. Por sua vez, a necessidade de defender a posse da terra e de evitar os despejos fez com que os lavradores organizassem uma associação de lavradores. Uma das principais lideranças do movimento camponês foi José Pureza que participou em 1949 da formação da Comissão de Lavradores. Em 1952, foi criada a Associação dos Lavradores Fluminenses, tornando-se uma instituição legal. No interior da associação, existiam várias comissões de trabalho, como a de finanças, de mulheres etc.

Durante esse período, os conflitos entre os camponeses e os grileiros tornaram-se violentos, obrigando os lavradores a fugirem das tocaias e a se armarem com suas espingardas. Os trabalhadores rurais constantemente eram presos, e essas prisões sempre aconteciam nos momentos de conflitos.

A mobilização dos lavradores foi-se alastrando para outros municípios fluminenses. Novos núcleos da Associação de Lavradores foram criados e, em 1959, na I Conferência Estadual dos Lavradores, foi fundada a Federação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ).

A organização da federação favoreceu a rede de solidariedade entre as associações e as áreas em conflito. Situação exemplar foi a que ocorreu em 1961, na Fazenda São Lourenço, em Caxias. As forças policiais invadiram a fazenda para executar um mandado de despejo. A notícia espalhou-se e os lavradores de Tinguá, de Nova Iguaçu e do local formaram um grupo armado com mais 250 homens. Camponeses de Magé também ficaram de prontidão. No confronto, dois oficiais de justiça e dois representantes do grileiro saíram feridos. O quadro de

tensões obrigou o governador Celso Peçanha a intervir, assinando um decreto de desapropriação da área.

Em 1961, os lavradores fluminenses fizeram-se presentes no I Congresso Nacional Camponês, realizado em Belo Horizonte. Participaram do Congresso a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e suas filiais, as Ligas Camponesas e o Master (Movimento dos Agricultores Sem-Terra). A palavra de ordem do congresso foi “Reforma agrária na lei ou na marra”.

Em 1961, os lavradores fluminenses fizeram-se presentes no I Congresso Nacional Camponês, realizado em Belo Horizonte. Participaram do Congresso a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e suas filiais, as Ligas Camponesas e o Master (Movimento dos Agricultores Sem-Terra). A palavra de ordem do congresso foi “Reforma agrária na lei ou na marra”.

O movimento camponês contou ainda com o apoio e a solidariedade de outras organizações operárias, lideradas por militantes sindicais comunistas. Quando em 1963 a FNM entrou com um pedido de reintegração de posse de suas terras arrendadas, os trabalhadores da fábrica e da Refinaria de Duque de Caxias ameaçaram entrar em greve, caso se consumasse o despejo dos lavradores. A pressão fez com que o processo de reintegração de posse fosse susinado.

Repressão ao movimento

Em 1964, após o golpe militar o exército ocupou Xerém, realizou prisões e torturas de lideranças do movimento. As perseguições conseguiram dismantlar a luta camponesa. Em fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, iniciou-se a organização de um movimento de resistência armada na Fazenda São Lourenço, mas logo foram descobertos e as lideranças presas e torturadas. Posteriormente foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que ficaram sob a intervenção do Estado. Em 1981, foi criado pelos lavradores o Núcleo Agrícola Fluminense para apoiar a luta pela reforma-agrária e melhoria da produção camponesa.

PAINEL 03.2

Na reportagem de 11 de maio de 1954, o **Jornal** Luta Democrática apresentou Xerém como um lugarejo periférico e bucólico. As matas ainda preservadas eram o que tinha de magnífico no lugar. Xerém possuía cinco mil habitantes residentes – só da FNM eram duas mil pessoas. Possuía ainda pequenas indústrias, como as de concreto armado, óleo e anilina. Havia quatro olarias, inúmeras fazendas e um pequeno comércio em torno da Estação de Ferro Rio D’Ouro e da Praça João Pinto. A energia elétrica era restrita aos dois estabelecimentos do governo: a FNM e a represa de João Pinto. O comércio local e as residências eram iluminados a lampião. Na estrada que ligava as localidades à empresa FNM e à Rodovia Rio-Petrópolis, somente eram encontrados caminhos abertos à enxada e utilizados por carro de boi. O jornal ainda dizia que a população de Xerém era ordeira e que a maioria vivia da lavoura, do corte de lenha e da produção de carvão, inclusive nas terras da FNM. Apesar do povo ordeiro, havia uma subdelegacia na FNM para manter o controle social.

Nas décadas de 1940 e 1950, a presença de lavradores em Xerém tornou-se mais significativa, principalmente nas terras da FNM, Penha Caixão, Piranema, São Lourenço e Mato Grosso.

Além dos desbravadores que viviam na localidade há décadas, uma nova leva de camponeses foi-se alojando no local e em seu entorno, **principalmente no Capivari e Fazenda Barro Branco**.

Vale destacar aspectos que contribuíram para a chegada contínua de lavradores em Xerém: a presença de trabalhadores empregados na abertura da Rodovia Rio-Petrópolis, que, sem alternativa de trabalho e moradia, após o término da obra, permaneceram no local; o saneamento realizado na década de 1930 e o combate a malária **ofereceram** melhores condições de permanência no lugar; a instalação da Fábrica Nacional de Motores com uma estrutura rufo-fabril, o que fez com que o Estado arrendasse terras da fábrica para lavradores produzirem alimentos para assegurar o abastecimento da cidade do motor; a proximidade de Caxias com o Distrito Federal e a existência da Estrada de Ferro Rio D'Ouro, favoreciam o acesso ao espaço urbano e a trabalhos temporários que ajudavam a complementar a renda familiar; a formação dos **Núcleos Coloniais do São Bento e do Tinguá** contribuiu com o crescimento populacional para Caxias e intensificou a produção e a circulação agrária para a capital federal; a crise da fruticultura fluminense no pós-guerra, resultou na expulsão dos arrendadores e lavradores que trabalhavam nos laranjais; o desemprego na capital federal favoreceu o deslocamento de trabalhadores urbanos para áreas rurais vazias ou abandonadas; a presença de lavradores que ocupavam as terras por décadas e cediam parte delas a outros camponeses (desbravavam matas, caçavam, vendiam lenha, produziam carvão para se manter, enquanto construíam uma cabana de estuque e lavravam a terra).

Grynszpan identificou no Censo de **1950 e 1960** um crescimento representativo de posseiros na Baixada Fluminense. Enquanto na década de 1940 os posseiros controlavam apenas 0,03% dos estabelecimentos rurais, em 1960, controlavam 24%. Esses números são significativos, no sentido de apontar a capacidade de organização dos lavradores em ocupar e assegurar a permanência na terra. Apesar disso as dificuldades eram muitas: lavar a terra sem financiamento, sem instrumentos de trabalho **adequados**, enfrentar a grilagem e manter **a** posse de terra.